

/ PALAVRA DO LEITOR

Desassoreamento

O Programa Desassorear RS começou na quarta-feira (9) o estudo sobre as condições atuais do Guaíba (Jornal do Comércio, 08/07/2025). Dragagem para desassoreamento é remediar e não resolver. Assoreamento é causado por desmatamento e degradação ambiental ao longo dos rios que aqui desaguam. Estamos localizados no delta dos rios, local de depósito natural de sedimentos e assim se formaram as ilhas. Se especialistas tivessem sido escutados, a tragédia teria sido bem menor. Continuam negando a ciência e abraçando discursos simplistas que mais pessoas vão morrer. (Wagner Medeiros)

**Desassoreamento II**

O assoreamento é uma das principais causas do aumento das águas. O rio, cheio de areia, invade mais áreas. Se o rio está dragado, a água flui melhor. (Vilmar Trindade)

Desassoreamento III

Se realizarem um trabalho realmente sério no Guaíba, encontrarão mais lixo do que água - carcaças de carro, pneus, geladeiras, sofás, sacos plásticos. O Brasil tem uma educação ambiental que remete à época das caravelas. Não é tanto um problema político de "lado A ou B", é cultural. Milhões de pessoas não sabem que o meio ambiente é a coisa mais importante em uma sociedade. Enquanto os homens discutem, a natureza age. (Carlo Junior)

Educação

O Rio Grande do Sul pode ter mais de 34 mil alunos fora da sala de aula por conta das enchentes de 2024 (JC, 07/07/2025). O silêncio e a falta de ação do governo são inaceitáveis. Educação precisa ser prioridade, principalmente depois da maior tragédia da nossa história. Reconstruir o Rio Grande do Sul passa por garantir ensino com dignidade para todos. (Gilvani Dalloglio)

Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre abriu processo para compra de carro constitucional (JC, 08/07/2025). Enquanto isso, a população tem a sua disposição um dos piores transportes públicos do País. (Júlio Gomes)

Documentário

Documentário narra 12 anos de viagens de um pelotense a bordo de um Fusca (JC, 07/07/2025). Pessoas muito especiais sonham coisas muito especiais. E as mais especiais ainda realizam. (Daniel Moreira)

Documentário II

Um sonho que muitos gostariam de realizar e não tiveram coragem. (Susana Costa)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Plano Diretor: regras claras, cidade melhor

Germano Bremm

Em um País marcado por disputas judiciais sobre o uso do solo, a segurança jurídica no planejamento urbano é uma condição indispensável para que as cidades possam crescer de forma saudável, atrativa e equilibrada. Porto Alegre está dando um passo firme e decisivo nessa direção.

O novo Plano Diretor propõe uma transformação profunda na gestão urbana: promover a qualificação da legislação urbanística, tornando as normas mais objetivas, claras e previsíveis – o que significa menos margem para interpretações subjetivas e mais transparência nos processos, beneficiando o cidadão, o empreendedor, o técnico público e os órgãos de controle.

Pela primeira vez, o Plano Diretor se consolida como um instrumento estratégico e macroterritorial, definindo a visão de longo prazo e organizando o modelo de cidade, seus principais sistemas estruturantes e a estrutura urbana. Já os parâmetros de uso, ocupação e construção são detalhados em uma lei complementar específica: a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

A LUOS é a responsável por estabelecer as regras das 16 Zonas de Ordenamento Territorial (ZOTs), simplificando o cenário ao substituir mais de 200 zoneamentos anteriores. Essa transição garante coerência normativa ao consolidar e unificar a legislação, promove mais isonomia na aplicação das regras e resulta em menos disputas interpretativas,

oferecendo maior segurança jurídica para quem vive, constrói e investe na cidade.

Esse novo marco valoriza a técnica e o embasamento em dados, qualifica a análise de projetos através de critérios claros e torna mais eficiente a aplicação dos instrumentos da política urbana, agilizando processos e decisões. Mais do que isso: resgata a confiança no planejamento urbano como ferramenta legítima para promover desenvolvimento econômico, atrair investimento qualificado e assegurar a justiça territorial.

No próximo dia 9 de agosto, às 10h, no Auditório Araújo Vianna, a população está convidada a participar da audiência pública final do novo Plano Diretor de Porto Alegre – a última etapa antes da remessa do projeto à Câmara de Vereadores.

A minuta completa está disponível para leitura e contribuições no site oficial: prefeitura.poa.br/planodiretor.

Regras claras constroem cidades sólidas. Participe dessa virada na história urbana de Porto Alegre.

Secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

O novo Plano Diretor propõe uma transformação profunda na gestão urbana

Brasil: o parlamentarismo que já vivemos

Mateus Wesp

O Brasil experimenta, mais uma vez, uma de suas maiores ironias políticas: vive um parlamentarismo na prática, sem jamais tê-lo assumido na Constituição. A consequência negativa desta ironia é que esta realidade não nos leva à racionalidade de um modelo maduro de governabilidade, mas sim a uma versão confusa, sem responsabilização clara.

Hoje temos uma forma de governo que mistura a autocracia de um Executivo hipertrofiado – que concentra Estado, governo e administração numa só função – com uma aristocracia de toga, onde o Judiciário amplia suas funções e politiza o que deveria ser resolvido por quem tem voto. Fecha-se o quadro com uma demagogia parlamentar, que mostra força contra o Executivo, mas foge de decisões responsáveis e consequentes.

Nossos melhores juristas sempre alertaram: governo e parlamento devem coexistir sob o mesmo risco – se o governo não tem apoio, cai; se o parlamento bloqueia tudo, dissolve-se. Assim se protege a democracia e se evita a paralisia que alimenta aventuras autoritárias.

Os mesmos juristas também apontavam o risco

de concentrar chefia de Estado, chefia de governo e toda a máquina administrativa numa única figura. Tudo passa pela mesma caneta, mas nada se resolve sem um Congresso que negocia cada voto, muitas vezes sem assumir o custo político.

A degeneração institucional se completa quando cada poder ocupa o espaço do outro: o Executivo governa por decreto, o Parlamento executa o orçamento, o Judiciário legisla por decisão monocrática. O que deveria coexistir em sistema de contrapesos acaba envergando com o sobrepeso de quem grita mais.

O resultado é um sistema onde ninguém responde plenamente pelos custos do poder. O Executivo governa sem força, o parlamento governa sem ônus, o Judiciário governa sem voto. E a sociedade fica refém de crises fabricadas em Brasília.

É hora de encerrar a simulação. Se queremos um governo funcional em um Estado de bem-estar social, o caminho não passa mais pelo presidencialismo puro. Ou se assume de forma clara o parlamentarismo – com responsabilidade recíproca – ou se adota um semipresidencialismo realista, como ocorre na França e em Portugal: chefia de Estado forte, chefia de governo responsável perante o parlamento, voto de confiança e possibilidade de dissolução parlamentar quando necessário.

Entre um modelo e outro, o que não se pode mais sustentar é esse híbrido disfuncional – uma autocracia, uma aristocracia e uma demagogia, misturadas, que corroem a democracia.

Doutor em Direito Público